



A Capitania de Pernambuco e a rede urbana do açúcar

Autora: Roseline Oliveira, Arquiteta; doutoranda da Universidade Federal da Bahia- BR/
Universidade do Algarve-PT; Prof. da Coordenadoria de Design do CEFET-AI;
pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da Universidade Federal de
Alagoas. Email: roselineoliveira@gmail.com

1. Objetivos

Este artigo é um desdobramento de uma das questões tratadas na tese de doutorado, desenvolvida junto à Universidade Federal da Bahia e à Universidade do Algarve-PT, referente à gênese da urbe do nordeste brasileiro. A tese busca compreender a lógica de implantação dos primeiros gestos urbanos coloniais através do estudo comparativo de oito vilas situadas na antiga Capitania de Pernambuco. O fator econômico situa-se entre os aspectos chaves das atitudes colonizadoras, tido como a principal razão de ser da urbanização das terras brasileiras. Pernambuco era considerada o maior pólo econômico da colônia durante os séculos XVI e XVII possuindo mais de 100 engenhos de produção de açúcar espalhados por uma região que se estende da antiga Vila de Igarauçu até o rio São Francisco. Entretanto, o comércio nem sempre atua como o principal norteador da forma urbana das vilas isoladamente e este artigo busca indagar sobre o papel de cada uma delas dentro do pressuposto da exploração comercial do projeto de expansão do império português.

2. Metodologia

No caso da ocupação do Nordeste da colônia, devido a uma série de fatores como a importância de mapear as áreas de extração do açúcar, por exemplo, teve-se como decorrência a produção de uma série de registros textuais e iconográficos produzidos nos séculos XVI e XVII. Esses documentos de época foram tomados como ferramentas cruciais no processo da escolha das localidades abordadas na tese, como também as suas expressões contemporâneas, ou seja, as localidades que tivessem mantido alguma referência material edificada dos seus primeiros anos de existência, permitindo a experimentação empírica de uma ambiência colonial. O procedimento metodológico adotado consistiu basicamente no cruzamento das informações obtidas através da revisão de literatura - antigas e atuais; da análise iconográfica e dos dados coletados empiricamente através do contato direto com as localidades.

3. Principais resultados obtidos, conclusões

O donatário Duarte Coelho é mencionado com orgulho nos textos produzidos na primeira metade do século XX referentes à formação de Pernambuco. É claro que esse tom advém

da situação desta Capitania, enquanto a mais próspera economicamente da região Nordeste, e mesmo do Brasil seguindo apenas a Capitania de São Vicente. Situação, aliás, que é claramente expressa na maioria das narrativas e relatórios sobre “as coisas do reino” referente à Pernambuco. Esta Capitania foi palco de expressivas ações portuguesas que resultaram na instalação de espaços urbanos na maioria das vezes de pequeno porte, à maneira de um povoado ou vila, carregando um elemento definidor das intenções colonizadoras: o engenho.



Núcleos povoados de Pernambuco durante os 100 primeiros anos de efetiva colonização: o esquema apresenta o nome de batismo (uma das nomeações) e a localização dos principais lugares povoados da Capitania. Há correspondência entre os relatos no que se refere aos seus limites, sendo a Vila de Igarapé ao Norte, em fronteira com a Capitania de Itamaracá, e a Vila de Penedo de São Francisco ao Sul, tendo o rio São Francisco como fronteira com a Capitania da Bahia. Existem outras localidades que correspondem a engenhos espalhados nas áreas das jurisdições (ver esquema “Engenhos de Pernambuco”). O relatório de Van der Dussen (1640) indica ainda a existência de aldeias indígenas nessa região cuja localização não foi identificada nos mapas antigos. Nos relatos de Diogo de Campos Moreno (1612), Walbeek e Moucheron (1643) e Gaspar Barléus (1647), foram encontradas referências dos Palmares, reduto dos escravos



refugiados situado em região mais afastada do litoral. Vale dizer que, neste artigo, enquanto desdobramento da tese de doutorado, não aborda a Vila Bela de Ipojuca por não ter sido retratada na obra de Barléus.

As mais antigas vilas fundadas em Pernambuco são Igarauçu e Olinda.¹ Elas quase compartilham do mesmo ano de fundação, estando apenas dois anos separadas no tempo. A primeira foi fundada em 1535 por Afonso Gonçalves, à mando de Duarte Coelho; a segunda em 1537, mas desde esses começos ambas tiveram realidades urbanas diferenciadas em termos de contigüidade, fazendo com que os dois anos de idade a mais de Igarauçu não a tivessem rendido especial investimento do Reino. Igarauçu é bastante referenciada nos textos de época, não apenas por ser uma das primeiras povoações instaladas no Brasil – o que obviamente faz jus à quantidade de citação – mas por causa de sua situação geográfica que define o limite norte da Capitania.

Margeando a costa marítima, a 20km na direção sul da Capitania, encontramos Olinda. Como mencionado anteriormente, os seus dois anos a menos de Igarauçu não a deixaram para trás em termos de desenvolvimento. A maturidade urbana nessa situação não adveio do tempo, mas da vontade política na criação de um espaço, de um lugar. Trata-se da “cabeça” da Capitania, a sede política e administrativa de Pernambuco. Por esse motivo, dentre as localidades referenciadas nos antigos textos, a Vila aparece em situação privilegiada sendo a mais descrita.



Imagens de Igarassu: uma atual e outra elaborada por Frans Post no século XVII, mostrando a seqüência do antigo casario, a Igreja de São Cosme e Damião com o Convento de Santo Antônio ao fundo. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/UFAL

¹ Igarauçu é tombada como monumento nacional pelo IPHAN desde 10 de outubro de 1972 e o núcleo inicial de Olinda é reconhecido como Monumento Nacional e Patrimônio Cultural da Humanidade (1982), pela UNESCO.



Olinda vista de cima: a primeira imagem mostra o arruado axial e os quintais, cena registrada na primeira metade do século XVII, como mostra o mapa de Claes Janz Visscher (Ca. 1630), quando já possuía um núcleo urbano de caráter consolidado. Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem/UFAL

Olinda foi colocada sobre os morros, mas parte dela também está perto do mar, cujos arrecifes deram o nome da povoação de pescadores chamada de Recife. A grande quantidade de corpos d'água fragmenta o seu território, sendo composto basicamente de três partes: uma porção continental, uma ilha, que no século XVII foi eleita para sediar o governo do Brasil Holandês, e uma península, entre o rio Capibaribe, e o mar que corresponde à sua primeira área ocupada, iniciada no século XVI através da atividade portuária. A posição estratégica para defesa militar e a similaridade da sua geografia fez de Olinda a sede da Capitania de Pernambuco e residência dos nobres abastados do período.

No "Povo", como o Recife também era chamado, viviam apenas as pessoas ligadas aos serviços do porto e pescadores, existiam poucas habitações, algumas tabernas, vendas e armazéns. O povoado era totalmente dependente de Olinda, inclusive para o abastecimento de água necessária à sobrevivência. No interior, o açúcar, grande riqueza do período, era produzido nos engenhos, principalmente na várzea do Capibaribe, região de maior produção mundial. Devido à intensa movimentação açucareira, o porto de Recife era considerado o mais importante da América portuguesa. Foi justamente esta função portuária de Recife que consolidou sua relação com Olinda.

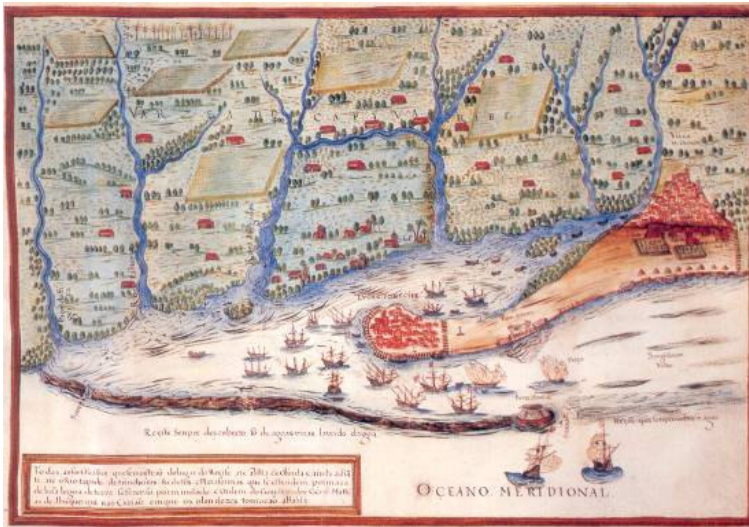


Imagem de 1626, de autoria de João Teixeira Albernaz I onde mostra a vila de Olinda na parte superior direita do mapa e Recife às margens do mar. Fonte: Original manuscrito, que ilustra o *códice* “*Livro que dá Reção do Estado do Brasil*”(ca. 1626), do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

Ainda descendo a costa, encontra-se o Cabo de Santo Agostinho, hoje uma cidade mais conhecida simplesmente como Cabo que se expandiu para a via de passagem do acesso sul de Recife, distando 30Km da capital pernambucana. Entre pequenas ocupações urbanas que hoje se encontram no território de Cabo, temos a Vila de Nazaré, que contempla do alto, a grande enseada que tornou Cabo uma região fundamental deste os primeiros tempos de ocupação das terras, seja pelos espanhóis ou pelos portugueses. Sua condição privilegiada de porto fez com que, de frente para o mar, surgissem várias edificações de segurança para que ficasse garantida a posse do sítio.



Imagem seiscentista de Cabo de Santo Agostinho mostrando, dentre outros aspectos, sua dinâmica portuária, e na foto, a situação urbana contemporânea da antiga Vila de Nazaré, um de seus mais antigos povoados.

Ao sul de Cabo está a antiga Vila Formosa de Serinhaém. A existência de atributos propícios à construção de um lugar urbano, como a proximidade com um rio e com o mar, o solo fértil e o terreno elevado, despertou o interesse dos colonizadores portugueses por este território. Nos séculos iniciais da colonização, Serinhaém afigurou-se uma vila importante a ponto de tema de umas das telas de Frans Post, mas que não conheceu grande desenvolvimento econômico.

Caminhando para o atual território alagoano, apresenta-se Porto Calvo. Também foi privilegiada em termos de imagens seiscentistas, já que se foi cenário de grandes confrontos no período das invasões holandesas. À distância, quase parece manter o perfil observado e retratado por Frans Post. De perto, afigura-se como a maior parte das pequenas cidades nordestinas, pobre, apinhada de pequenas casas, deixando apenas entrever do seu passado a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, datada do século XVII, as histórias acerca de Calabar e o contorno invisível de fortes e redutos que se foram.

Adiante, encontramos a antiga Vila de Santa Maria Magdalena da Alagoa do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro). Recentemente teve seu sítio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas o que se vê é uma pequena cidade, muito empobrecida, ostentando ainda um casario e edificações religiosas significativas, parte dela registrada na iconografia antiga. As imagens que restaram colocam jogos interessantes para que se investigue as modificações no seu desenho.

Mais abaixo, próximo ao limite onde finalizava a capitania de Pernambuco, ou seja, às margens do rio São Francisco, encontramos a cidade de Penedo. Acessá-la a partir da sua área mais alta, permite um exercício de observar o tempo sendo desfiado. Pois, vai-se das ocupações ocorridas nos anos de 1960 até encontrar, à beira do rio, núcleos edificadas que remontam aos primórdios da vila. Ali, várias igrejas, um magnífico convento e o arruado evidenciam sinais de um tempo antigo. E, silencioso, reina um forte que não mais

existe na sua materialidade, mas que encontra nos casos, nos depoimentos de história oral, fortes evidências de sua presença ainda na cidade.

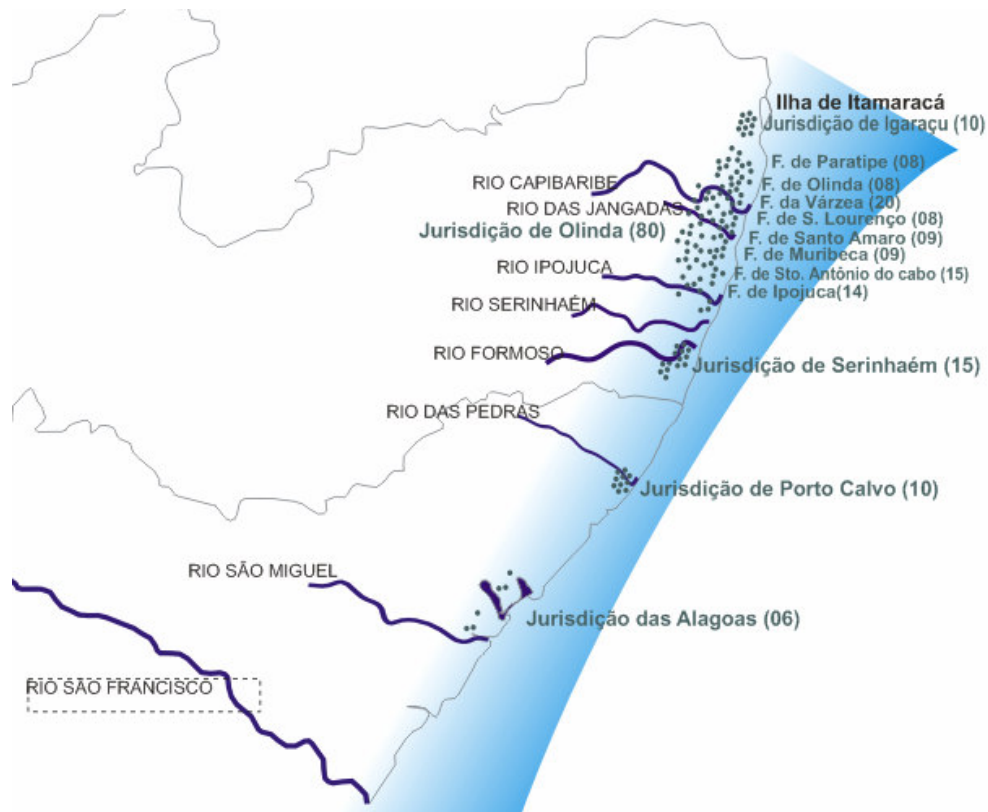


Imagens seiscentistas de Porto Calvo, mostrando a ocupação urbana dos morros entre os rios, e de Penedo, onde o Forte Maurício impera situado na área de altitude mais elevada em relação ao rio São Francisco.

Como mencionado anteriormente, a revisão de literatura indica três aspectos como fatores chaves para a explicação da implantação das vilas e cidades brasileiras. Um deles é a administração. De fato, Olinda, enquanto sede da Capitania, apresenta uma situação urbana bem superior às demais em termos de desenvolvimento, gozando de uma infraestrutura generosa dentro do contexto colonial. Apesar de possuírem o mesmo estatuto de vilas, pode-se dizer que as demais localidades possuem um conjunto urbano apenas suficiente, tanto pela idade, tendo sido fundadas posteriormente, mas, principalmente pelo interesse dos colonizadores, a ponto de Igarapé não ter alcançado grande desenvolvimento.

O outro aspecto é a disseminação religiosa que, de fato, é uma expressão marcante na colônia. Os estudos particularizados de como isso ocorre urbanisticamente não é um assunto a ser discutido a contento desse artigo, mas pode-se dizer que em todas elas a cruz da igreja ou do convento impera, independente das situações de desenvolvimento urbano das vilas.

Mas, na revisão bibliográfica, é a exploração econômica que aparece como a primeira razão de ser da colonização portuguesa, como se toda a urbe estivesse predestinada a produção de riquezas. Mas, dentro dos primeiros 100 anos de colonização, o percurso histórico-urbano das vilas estudadas indica outras questões que justificam sua instalação e composição. Vejamos, Olinda e Recife são unidas por suas funções utilitárias: Olinda atua na capitania como a sede administrativa e Recife como a sede comercial locando o principal porto de Pernambuco. Ambas se complementam, são interdependentes. A importância portuária de Recife deve-se, contudo, à produção dos engenhos instalados em torno de Olinda, obviamente devido à sua conotação política. Funciona mesmo como um sistema: produção (engenho) – administração (“cidade”) – comércio (porto).



Essa síntese gráfica está baseada principalmente no relato de Van der Dussen (1640) que indica a quantidade de engenhos existentes nas freguesias (F), os rendimentos e proprietários.

Todo esse sistema, obviamente deveria ser protegido das investidas européias que, para além das muralhas nas vilas, com a invasão holandesa no século XVII resultaram na construção de uma série de fortificações. Tais construções foram e até hoje são as marcas mais evidentes da função de Cabo de Santo Agostinho. Como Recife, o então chamado Porto de Nazaré também exercia uma densa função portuária sendo indicado nos antigos mapas tanto quanto o porto de “Pernambuco”, ou seja, Olinda. A região de Cabo também contava com uma série de engenhos em produção, com um convento, com uma igreja matriz. Cabo tinha uma vila, o que o remete significativa importância dentro do contexto colonial. Mas diferente da sede da Capitania, o ambiente urbano da região de Cabo de maneira geral demonstra estar em situação secundária em termos de administração. Isso porque obviamente a Vila de Olinda era a sede, exercia o poder na colônia e naturalmente demandava uma maior infra-estrutura para o governo. O fato é que os anos das guerras foram definidores para o esclarecimento das funções de cada localidade.

Se partirmos da imagem urbana de Olinda, os edifícios religiosos, o engenho e o porto podem ser considerados como elementos chaves para a criação das vilas. De fato todas as vilas tinham como premissa signica básica ter uma capela curada, ser periodicamente visitada por um padre. Mas o convento não chegou a Porto Calvo, como também só

chegou em Penedo quase 30 anos após a sua fundação e, no extremo sul da Capitania também não se tem notícia da existência de engenhos. Há sim, um forte que toma quase todo o espaço da vila e que protegia a Capitania das investidas vindas da Bahia. Como o Norte de Pernambuco era assegurado não por Igarapé, cuja única fortificação que presenciou foi a paliçada construída ao seu redor no início da sua instalação, mas pelo Forte Orange na entrada do canal de Santa Cruz da Ilha de Itamaracá.



Os portos indicados por Barléus (1647) e Van der Dussen (1640) são correspondentes. Laet (1636) acrescenta a essa lista o Porto Una, Porto de Pedras e o Porto de São Francisco. Os rios apresentados no esquema são aqueles referenciados nessas descrições.

Portanto, a urbe apresenta-se de formas variadas. Uma delas são as vilas distribuídas, nos primeiros séculos de ocupação colonial, ao longo da costa. E a sua locação também não parece aleatória. A razão de ser da instalação da Vila de Magdalena foi, por exemplo, a de funcionar como ponto de apoio entre as duas outras vilas fundadas na Região Sul de Pernambuco, “reduzindo” suas distâncias.

Funcionando como uma rede, um sistema colonial em que cada uma exerce seu papel, a urbe das vilas contribuía com o que tinham de mais proveitoso, seja a produção do açúcar, seja a disseminação religiosa, seja na articulação territorial ou proteção da colônia em seu sentido mais amplo, indicando que não apenas o engenho, enquanto elemento signífico da economia e comércio colonial, mas a própria urbe pode ser sintetizada como a razão de ser da gênese da colônia brasileira.



4. Principais referências bibliográficas

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de uma geografia urbana – retrospectiva. São Paulo: USP, 1956.

BARBOSA, Artur Alves. A Capitania de Duarte Coelho e a obra da colonização portuguesa no Brasil. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1935.

BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil, 1647. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

LAET, Joan de. Historia ou anais dos feitos da Companhia privilegiada das Indias Ocidentais, desde o começo ate o fim dos anos de 1636, por Joan de Laet (Diretor da Companhia) In: FREIRE, Francisco Brito. Nova Lusitânia – história das guerras brasílicas . São Paulo: Beca Editora, 2004. (cd-rom)

MARANHÃO, Methodio. Duarte Coelho e a colonização de Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1935.

MENEZES, José Luís da Mota. Atlas histórico cartográfico do Recife. Recife: Massangana, 1988.

_____. Olinda, evolução urbana. In.: ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata Malcher de (org). Universo urbanístico português (1415-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. pp. 331-352.

MORENO, DIOGO DE CAMPOS. Livro que dá razão ao estado do Brasil, 1612. Recife: Arquivo Público Estadual, Comissão organizadora e executiva das comemorações do tricentenário da restauração pernambucana, 1955.

PESSOA, José. Em tudo semelhante, em nada parecido, Modelos e modos de urbanização na América portuguesa. In. Oceanos: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa: 2000. pp.70-81.

_____. Forma urbana no Brasil – uma amostragem de casos-tipo. In. ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (Org). Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. pp.651-660.

PRADO, J. F. de Almeida. Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.



REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil, São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial. In. Oceanos: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. pp.60-67.

ROSSA, Walter. O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas. In.: ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata Malcher de (org). Universo urbanístico português (1415-1822). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. pp. 507-536.

SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1963.

SILVA, Antônio Leão Correia; PIRES, Fernando. A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas. In. ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (Org). Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. pp.615-620.

TEIXEIRA, Manuel. Prefácio. In: TEIXEIRA, Manuel (org). A construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. pp.07-14.

VAN DER DUSSEN, Adrian. Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adrien van der Dussen ao conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 abril de 1640. In: VAN DER DUSSEN, Adrian. Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Rio de Janeiro: Edições Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

VASCONCELOS, Pedro. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. 2005. (manuscrito).

ZENHA, Edmundo. O Município no Brasil (1532-1700). São Paulo: Progresso Editorial S.A., 1948.

WALBEECK, Johannes van e MOUCHERON Henrique de. RELATÓRIO sobre o Estado das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeek e por Henrique de Moucheron, director do mesmo districto e dos districtos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por S. Exc^a e pelos nobres membros do Supremo Concelho. In: RODRIGUES, José Honório. Índice Anotado da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1961.